



Marcelo Medeiros

Economista, coordenador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no Centro Internacional de Pobreza da ONU

O Brasil é um dos países com maiores níveis de desigualdade de renda do mundo. O 1% mais rico da população brasileira detém a maior parte de todo o patrimônio declarado à Receita e uma renda equivalente a tudo aquilo que é recebido pela metade mais pobre da população. Esses ricos são pessoas com renda familiar per capita superior a cerca de R\$ 3,5 mil mensais. Não parece tanto, porém é mais de vinte vezes a renda do terço mais pobre da população. Alguns neste grupo não se consideram ricos, mas a verdade é que eles compõem a elite que ocupa o topo de uma pirâmide cuja base é constituída de milhões de miseráveis.

Estudar os ricos é um caminho para se entender as desigualdades brasileiras e o que pode ser feito para reduzi-las. Se a renda e o patrimônio são tão concentrados, um mínimo de aritmética basta para mostrar que para viver em uma sociedade bem menos desigual que a de hoje precisamos lançar mão de mecanismos redistributivos. Ou seja, para enfrentar o desafio da desigualdade deveremos fazer transferências de renda dos ricos aos pobres.

A redistribuição é mesmo necessária? Uma rápida análise das alternativas mais óbvias, crescimento e educação, sugere que sim. Crescimento econômico puro não altera desigualdades, mas um crescimento pró-pobre é capaz de fazê-lo. Todavia, em uma economia que atualmente luta por qualquer tipo de crescimento, um crescimento pró-pobre razoável de, digamos, 5% ao ano, é algo difícil de ser conseguido e mais difícil ainda de ser sustentado por três ou quatro décadas. A massificação da educação é um investimento de longo prazo de maturação e, mesmo que comecemos essa massificação amanhã, não devemos esperar menos de um quarto de século até que gerações educadas dominem o mercado de trabalho. Sempre resta, é claro, a opção de deixar as coisas como estão e fingir que esse é um problema dos outros.

Para fazer redistribuições de maneira responsável e

O topo da pirâmide

eficiente devemos conhecer os dois lados da desigualdade, os pobres e os ricos. Sobre os primeiros já temos um conhecimento razoável, mas sobre os ricos ainda sabemos muito pouco. Precisamos saber mais para saber que tipo de transferências podem ser feitas e quais seus efeitos negativos sobre os ricos.

Os ricos formam um grupo pequeno e peculiar e os fatores usados para justificar porque uma pessoa é pobre não parecem ser boas explicações para dizer o que faz alguém ser rico. Tamanhos menores de família, por exemplo, não têm qualquer papel relevante nisso, pois as famílias dos ricos são bastante semelhantes às dos pobres.

Uma suposta operosidade maior das elites também não faz sentido, pois os pobres trabalham tantas ou mais horas que os ricos. Estudos indicam que uma educação elevada, como nível superior, por exemplo, é condição necessária, mas não suficiente para alguém ser rico.

Mas, afinal, como essas pessoas chegaram no topo da pirâmide? As pesquisas realizadas até o momento permitem especular – mas não mais do que isso – sobre alguns determinantes da riqueza.

Uma educação de maior qualidade, realizada nas melhores escolas, por exemplo, pode ser um dos fatores nessa explicação, embora seja pouco provável que seja o único. Boas redes de relacionamento pessoal podem ajudar algumas pessoas a conseguir oportunidades privilegiadas, mas não devem ser a regra. Um candidato óbvio são as heranças de propriedade, mas as informações que temos sobre o assunto ainda não permitem conclusões sólidas.

Ainda não sabemos bem como fazer redistribuições em grande escala, mas isso não é razão para abandonar a idéia, pois também não sabemos como fazer a economia crescer de modo sustentável e continuamos tentando. O que precisa ficar claro é que se a justiça social for um compromisso verdadeiro de nossas gerações, redistribuições de renda deverão fazer parte de nossa agenda política. ■

"O que precisa ficar claro é que se a justiça social for um compromisso verdadeiro de nossas gerações, redistribuições de renda deverão fazer parte de nossa agenda política".